

POR UM NOVO HORIZONTE PROFISSIONAL DO TURISMÓLOGO

A NEW HORIZON FOR TOURISM PROFESSIONALS

Eduardo Yázigi¹

Resumo – Hoje, a organização do trabalho mostra a necessidade de que o diploma de curso superior posicione um campo operacional bem definido. Em contrapartida, na medida em que o Ministério da Educação oficializa o que seja um curso de Turismo, resultaria incoerente não abonar as especializações do turismólogo enquanto profissão, como sustenta este artigo. O campo de atuação que se abre, entretanto, seria o planejamento territorial urbano, com amplas chances de atuação para o turismólogos como profissionais especializados.

Palavras chave – Turismo. Atuação Profissional. Planejamento Urbano.

Abstract – The organization of work needs to show a well defined champ for those that hold a college degree. In contrast, the Ministry of Education formalises Tourism course, would not fertilize the incoherent tourismologist specializations as a profession, as this article argues. The playing field that opens, however, would be the urban spatial planning, with ample opportunity for intervention by tourismologist as professionals.

Keywords - Tourism. Professional Practice. Urban Planning.

¹ **Eduardo Yázigi** – Doutor em Planejamento Urbano. Professor da Universidade de São Paulo e bolsista produtividade CNPQ.

Como se sabe, reconhecer o turismólogo como profissão parece inviável, talvez pela mesma razão por que o turismo não pode ser reconhecido como categoria de análise (SANTOS, 1996). Isto porque não pode existir uma articulação capaz de dispor na mesma plataforma, por exemplo, um *barman*, que é um dos elementos do serviço turístico, com um museólogo que também se devota à mesma missão, apesar de ambos se preocuparem em satisfazer uma clientela que ultrapasse turistas.

Entrementes, hoje a organização do trabalho mostra ser cada vez mais difícil se um diploma não se posicionar num campo operacional bem definido. Em contrapartida, na medida em que o Ministério da Educação & Capes oficializaram o que seja um curso de Turismo, resultaria incoerente de sua parte não abonar as especializações do turismólogo enquanto profissão, como sustenta este artigo. Se um *barman* pode se filiar ao sindicato de bares e restaurantes, como ficaria o turismólogo com pós-graduação e mestrado ou doutorado em planejamento urbano?

Esta última colocação sugere que o curso de Turismo, por si só, não se sustenta plenamente em vários tipos de atuação, razão pela qual a única saída profissionalizante desta área deve ser viabilizada por cursos de pós-graduação que ofereçam distintas possibilidades atreladas ao universo do Turismo. Neste contexto, uma delas, de carência crônica e vital, consiste da organização do território, especialmente no que se refere à qualidade, ofuscada pelo imediatismo político.

Os reconhecimentos profissionais não são fáceis. Os arquitetos tiveram de travar longa luta até conseguirem se separar do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA. Uma separação bastante coerente porque os primitivos conselhos regulamentares, globalizantes demais, se mostraram incapazes de aglutinar atuações diferenciadas. Aliás, incoerências assim já se

mostraram insustentáveis, por exemplo, quando existia na grade escolar uma disciplina denominada História Natural, cuja ementa se tornou excessivamente grande para conter o avanço científico de suas ramificações. Já não era possível reunir toda a natureza num único entendimento disciplinar – daí a inevitável fragmentação. No entanto, não se entenda que a especialização seja um objetivo científico acabado; pelo contrário, é indispensável promover a síntese de toda e qualquer ciência, como bem explicam as metodologias científicas – vide Pedro Demo dentre tantos outros. O mundo é uma totalidade, como insistem Milton Santos e Edgard Morin. Mas para poder entender a totalidade precisamos nela reconhecer categorias de análise, isto é, o necessário contorno específico, o subsistema, etapa negligenciável, para se chegar à síntese final do tão sonhado pensamento holístico, só passível de aproximação mediante interação de todo o conhecimento humano disponível. Sejamos claros: uma tarefa para grandes equipes multidisciplinares.

FRENTES DE ATUAÇÃO NO CAMPO DO TURISMO

O entendimento do problema profissionalizante do turismólogo requer que reconheçamos o grande divisor de sua atuação ao lado de outros profissionais. A organização do Turismo, em seu mais amplo sentido, pode ser dividida em duas grandes esferas:

1) *Turismo operacional* : Prestação de todos os serviços cabíveis – acesso, hospedagem, gastronomia, produção de eventos, animação, marketing, etc.;

2) *Turismo organização do território*: Qualidade ambiental urbana e rural - infraestruturas de todos os tipos; patrimônio material; museologia; manejo de unidades de conservação para visitas; simbologias, etc..

Como a primeira vertente é dominante nos cursos de Turismo, a elucidação a ser ilustrada e colocada para a reflexão recai na segunda de atuação. Nesta ordem de ideias, uma pesquisa junto às diretrizes nacionais ou estaduais das pastas de Turismo evidencia seus clássicos destaques: patrimônio histórico, artístico, arqueológico; paisagens naturais; roteiros temáticos; infraestrutura, turismo rural; turismo náutico, etc. *O que lamentavelmente permanece omissa pela oficialidade se denuncia pelo importantíssimo conceito de ambiência que quer dizer relação e não lugar ou cenário!* Relembrando, a ideia de entorno foi lançada pela **Carta de Veneza**, em 1964, sendo poucos os lugares do mundo onde o preceito logrou ser aplicado e, mesmo assim, reduzido a parâmetros de relação arquitetônica e não sociais, isto é, *a única que verdadeiramente anima os conjuntos*. Nos lugares em que o entorno se mostrou bem sucedido, a concretização do conceito deste conceito só aconteceu graças a outras disciplinas: dados fornecidos pela sociologia, antropologia, geografia, etnografia, dentre outras ciências sociais, além da atuação política. Veja-se, pois que um dos ideais do interesse social moderno só se concretiza mediante o diálogo interdisciplinar.

A definição, inclusive da grade curricular da CAPES, não logra situar o turismólogo além do turismo operacional, situação contraditoriamente reforçada por sua auto declaração de planejador: reduzido à prestação de serviços. Em se tratando de organização do território, o turismólogo permanece muito aquém da própria ideia de viabilizador do desenvolvimento turístico, hoje restrito aos profissionais com CREA, que não possuem formação na abordagem em discussão, além de historicamente não demonstrarem ações efetivas pela ambiência territorial. Como teórico do planejamento urbano, ao longo de muitos anos, tenho emitido pareceres às agências de fomento à pesquisa, tanto na esfera do turismo operacional quanto na de organização do

território, *mas a primeira delas por mero acaso*, porque minha experiência pessoal fez com que eu me preocupasse, por exemplo, com hotelaria. Então, afora certos casos restritos, sou forçado a solicitar aos órgãos de pesquisa que encaminhem os projetos para especialistas das diferentes facetas da organização turística.

Como os turismólogos e ecólogos representam as profissões que virtualmente mais ensejam qualidade territorial urbana e rural, matéria prima de suas missões, e como contraditoriamente, os primeiros se mantêm excluídos dos grupos profissionais e políticos que deveriam opinar nesse aspecto, *nada mais justo e oportuno do que sua inserção na política urbana*. Paradoxalmente, os principais postos de comando do país são sempre delegados a políticos que sequer tem diploma em Turismo, salvo raríssimas exceções. O interesse hegemônico dos governos se circunscreve aos lucros, o que, aliás, ficou comprovado com os escândalos que dominaram o Ministério do Turismo em 2011, tornando inevitável demitir dezenas de corruptos. O imediatismo da política abandona cuidados de ambiência territorial riqueza que é um dos principais fatores de ser do Turismo, chegando a ser decisivos em muitos lugares. *Por qual razão, ao contrário de países europeus, a esmagadora maioria da população das classes A, B e C do Brasil abomina morar nos centros históricos, mesmo quando contam com restaurações custosas? Porque nenhum centro possui ambiência e sem isso a vida fica comprometida!*

Diante deste breve quadro que revela a carência de profissionais devotados à ambiência urbana, que expectativas esperar do turismólogo sem habilitação formal junto ao CREA ou outros que lidam com o espaço?

DIFERENÇA DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E EMERGENTES

Em países desenvolvidos, a pasta de Turismo pode se permitir de concentração exclusiva no turismo operacional, despreocupando-se com a organização territorial, porque *a priori* os setores desta última, guiados pelo desenvolvimento qualitativo, assumem o que falta ao Brasil: espaços públicos primorosos; índices generosos de áreas verdes; zelo pela qualidade arquitetônica e suas relações com as demais: estética geral da cidade; patrimônio histórico e artístico bem mantido e aproveitado; limpeza urbana; transportes públicos moderno, rápidos, seguro, em redes cada vez maiores; combate a feiúra, ao crime, etc. Visto que esses requisitos da cidadania são sofríveis no Brasil, não logrando sequer equacionar funcionalidades, o preceito de Conselho de Política Urbana integrado se mostra imperativo e inadiável. De fato, bem poucos lugares possuem um conselho com esta qualificação porque os executivos temem perder seu poder de arbitragem, que inclui seus compromissos de campanha eleitoral. *No entanto, tal conselho pode significar a expressão máxima de governo democrático na medida em que funciona como veículo para compatibilizar com eficiência e eficácia as realizações de cada setor de um programa no interesse do desenvolvimento.* Em outras palavras, este esquema político que articula e harmoniza interesses, deve constituir um objetivo nacional a ser generalizado; a execução dos programas é que seria setorial.

A aberração brasileira é que na ausência de um conselho com este padrão, pouco se integra, permitindo às pastas continuarem como feudos que sequer logram se integrar internamente! Um exemplo paradoxal: a integração dos diversos setores de transporte – aviação, rodoviarismo, ferrovias, navegação fluvial e marítima, metrô e todos os transportes urbanos com suas

infraestruturas (aeroportos, terminais e paradas de ônibus, estações de trem, portos, etc.) – não sendo integrados, *causam imensos transtornos à população e aos turistas*, sem falar das perdas causadas por deseconomias. Isto tem de acabar, além de ser do mais alto interesse do Turismo. A luta por conselhos integradores é fundamental porque reúnem em si todos os que têm de ser reunidos, e assim sendo se torna altamente representativa da sociedade e de seus variados interesses. Sem este passo decisivo resulta difícil acreditar em planejamento. Entrementes, na medida em que o município dispõe de várias modalidades de autonomia, pelo menos em seu âmbito, *só não cria um conselho integrador de fato se não quiser.*

É num tal padrão de conselho que o turismólogo deve assumir não apenas o objetivo de incrementar o Turismo, como lutar, com outros profissionais, para que existam ambiências próprias para o cidadão em seu cotidiano e para que turistas delas usufruam. Eis observação invariavelmente comentada por estrangeiros que passam por Buenos Aires e São Paulo: “Por que na capital argentina turistas são vistos passeando nas ruas e em São Paulo não?”. Repetimos: “Porque em São Paulo (e na maioria das cidades) a ambiência é hostil, suja, perigosa, mal tratada”. Em seu último livro, Paul Claval destaca como a preocupação de enobrecer e embelezar a cidade começou a tomar as rédeas com o esplendor no Renascimento, evoluindo com preocupações nesse sentido apenas em países de vanguarda em termos de ambiência. Turismólogos deveriam ser os autênticos operacionalizadores do turismo, preocupados com a qualidade geral da cidade que deve dar suporte à operacionalização no interesse da economia e do prestígio do lugar. Participação do turismólogo em que sentido?

O TURISMO DE 'CHÁ E SIMPATIA' DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Desgraçadamente, a visão municipal da maioria dos municípios brasileiro ainda é dominada por uma idealização arcaica e ingênua de oferta turística. Tendo desprezado o singelo, mas interessante patrimônio ambiental urbano, comum nas cidades até o processo de industrialização, sobretudo com produção automobilística iniciada nos anos 1960, as ofertas municipais se tornaram insustentáveis. A simpatia permanece presente com seu sorriso faceiro e de prestatividade. O chá é limitado às coisas que se repetem por todas as partes: panos de prato e bordados a mão; doces artesanais; muita comida; lembrancinhas de fundo de quintal; trezinho para a petizada; pedalinhas; quermesses; alguma feira temática; festas disso e daquilo e o infalível pórtico 'medieval colonial' de boas vindas do Rotary ou da Maçonaria... – o mingau municipal se instalou no país e não dá sinais de ser enterrado.

Nessa fé pagã, as municipalidades interessadas unicamente nos lucros imediatos, viram as costas à cultura material urbana e virtuosidades do espaço público, que sempre cativam mediante simples passeio. São literalmente incapazes de pensar simultaneamente no futuro. Não obstante o chá e a simpatia que todos possuem não substituem os elementos pesados do Turismo. Municipalidades desacreditam em construções longas que ultrapassem a *mesquinha política* com o único objetivo de terminar obras dentro dos mandatos. Por isso um corpo fixo de funcionário que alimente a política urbana constitui a única garantia de continuidade administrativa. O turismólogo seria um dos componentes a ser legitimado por lei. Quantos séculos foram gastos para construir as mais belas catedrais do mundo? Aonde foi parar a dignidade do residente, que ao contrário do turista, passa a vida no lugar?

Prefeitos acorreram para disputar um lugar turístico que, por décadas a fio, ofereciam e ainda oferecem votos em troca de vantagens à fundo perdido. Não investem em profissionais de Turismo, os mais habilitados a reclamar continuidade qualitativa e pensar na construção de possíveis lugares turísticos do futuro – preocupações situadas fora do mingau municipal. *O Brasil profundo ainda existe inclusive como ambiência, mas os burocratas não sabem ver.* Foi preciso que um jornalista estrangeiro descobrisse e anunciasse ao mundo que certa Helena Meireles era das melhores violeiras do mundo. Aí sim, as redes televisivas acordaram.

DO URBANISMO AO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

O urbanismo sempre existiu desde que existem aglomerados humanos, mesmo de natureza rural. O produto material das edificações tinha de ter um nome que substituísse a generalidade de "cidade ou vila". Tardiamente, o urbanista Antonio Cerda, por volta de 1867, forjou o termo "urbanismo", justamente, para essa concretude da cidade com suas ruas ladeadas do que fosse necessário. No entanto, a intenção de Cerdá se atinha ao modo racional de organizar a cidade, em oposição à suposta "espontaneidade" do modelo medieval, com ruas geralmente tortuosas em oposição à linha reta da razão. O termo espontaneidade foi colocado entre aspas porque desde sempre toda ocupação humana era pensada em função de segurança, prestígio, relações de força: o lugar da Igreja, do Príncipe, etc. acompanhados de normas territoriais. Por isso *o urbanismo nada mais é do que uma instância da política*, ou seja, uma necessidade que tem de contar meios de vida urbana facilitados. Já era tempo de o Brasil diferenciar *urbanística*, como a disciplina que organiza a cidade de modo racional, de *urbanismo*, seu produto.

Entretanto, desde que o urbanismo se firmou com o sentido político mais moderno, especialmente após as renovações urbanas de Paris por Haussmann, sob Napoleão III, na segunda metade do século XIX, impôs-se uma forte evidência. De fato, o urbanismo, limitado ao ingênuo traçado de ruas e outros logradouros não conseguiu se manter diante das evidências sociais, sendo assim obrigado a evoluir para o amplo entendimento de planejamento urbano e regional. Não que o urbanismo deixasse de existir e sim que passou a ser um subproduto do urbano, que é condição imensamente maior.

Desde então a funcionalidade de uma cidade escapou da formação dos arquitetos, urbanistas e engenheiros de diversas naturezas, como foram seus principais agenciadores - Leonardo da Vinci já se autodenominava: engenheiro militar! Mas os profissionais, hoje credenciados pelo CREA, não deixam de atuar na *forma última* da cidade. Mas modernamente há uma constelação de interesses e de profissionais habilitados destinados a cumprir objetivos sociais, econômicos, culturais e outros mais. Assim se entende a presença ativa de alguns perfis mínimos; mínimos porque as há certas qualificações comuns em cidades grandes e pequenas. Uma amostra dos que possuem importantes entendimentos sobre como deva ser e funcionar uma cidade:

- Engenheiros civis; navais, aeronáuticos, ferroviários, metroviários, rodoviários, informáticos, florestais, sanitaristas, epidemiologistas;
- Urbanistas, arquitetos, paisagistas, estetas, artistas plásticos;
- Historiadores, arqueólogos, restauradores de arquitetura e de ambientes;
- Economistas, sociólogos, assistentes sociais, educadores, administradores, geógrafos, estatísticos, turismólogos,

ecólogos, demógrafos; informáticos, cartógrafos, antropólogos;

- Profissionais versados em juventude e desportos;
- Psicólogos ambientais, sociais, de populações exótica, de catástrofes e outros;
- Bombeiros, policiais, e o que mais se mostrar necessário, em permanência ou apenas em algumas etapas do processo planejamento.

A procura de uma organização ótima de qualquer cidade só pode ser consequente com a participação efetiva desses profissionais, nomeadamente em tempo de forte processo de metropolização.

O turismólogo não deve se limitar unicamente a lugares turísticos. Seria um equívoco! O lazer, que caracteriza a cidade pós-moderna – vide Giandomenico Amendola - tende a estar cada vez mais presente em lugares de pouco ou nenhum Turismo, por ser grandemente associado à qualidade ambiental. É o que este autor denomina *experiência urbana*. Por qual razão o filho de um turista alemão merece um belo *play ground* para brincar e o pobre negro teria se contentar com uns metros quadrados de areia? É, sobretudo, pelo princípio de respeito ao cidadão que se mede o grau de empenho de socialização do desenvolvimento.

Os Ministérios ainda não aprenderam a atuar de fato nos quadros de vida em função de ambiências! Por isso criam graves falhas em suas diretrizes políticas, inclusive no turismo.

REDIMENSIONAMENTOS DESEJÁVEIS PARA MESTRADOS E DOUTORADOS EM TURISMO

Sem excluir qualquer especialidade, o turismólogo poderia ser exemplar à organização do território, para que o turismo não continue capenga. Um homem de negócio viaja para qualquer lugar, feio ou violento, mas só desfruta da cidade após o trabalho, ou ainda chama a família para encerrar a viagem, *se os lugares receptivos tiverem qualidade ambiental*. O mesmo acontece com outras modalidades de Turismo: religioso, museológico, congressista, etc. Mas é no turismo de lazer que a qualidade territorial deve ser inexoravelmente dotada de exuberâncias (sem falar do que um lugar perde com concorrentes mais dotadas).

Em que pese a necessidade de qualidade territorial a ser partilhada também com turismólogos, formados com objetivos de excelências, sua formação de base, entretanto, permanece longe dos fundamentos da organização territorial. Entende-se essa defasagem por se tratar ainda de um diploma recente. Em nível de pós-graduação pode acontecer, como continuamente acontece comigo, de ser procurado por turismólogos egressos, carentes de visão substancial do território, existente em outras profissões que lidam com o espaço. Esta lacuna carece de ser preenchida.

Entretanto, posto que aqui se trate de habilitar e institucionalizar turismólogos enquanto co-adjuvantes da organização do espaço para o cidadão e o Turismo, torna-se mais do que oportuno redimensionar as áreas de sua própria pós-graduação, com as disciplinas necessárias, a fim de que eles adquiram competência e reconhecimento profissional mais amplo. Uma possível grade inovadora teria de ser amplamente discutida, não perdendo de vista a idéia de planejamento urbano e regional – isto é, uma visão que abarca não só todo o território como ainda é aquela que tenta articular a

inter relação das diferentes áreas. Com outras palavras, o preceito de excelência presente nas lides dos cursos de graduação em Turismo teria de ser transposto para o ambiente urbano ou rural através dos cursos de pós. *Ambiente é relação!* Assim sendo, as relações sociais ou culturais, assentadas num lugar qualquer, e dependendo de sua identidade, seriam *a priori* passíveis de adequações no interesse de residentes e turistas. De resto, o aspecto estético do que quer que seja – um conjunto residencial, uma estrada, ou a ordenação de uma praia sempre constituem ingredientes percebidos pela visita. *Isto é, a experiência turística é dada por um amplo conjunto de fatores do lugar, no qual se mesclam virtudes e desinteresses*. Quais haverão de predominar?

Uma experiência curricular de excelência em pós-graduação deve teorizar dados territoriais. Um MBA de Organização Territorial para Turismo, montado pela FEA-USP em meados da década de 2010, foi obrigado a promover um pequeno vestibular entre 200 candidatos a fim de limitá-los a 40 – alunos em sua maioria secretários municipais de turismo. No Brasil existem quase seis mil municípios! Infelizmente o curso não foi além de uma única turma por razões alheias. Em outras palavras, o Brasil inteiro carece de retomar esta feliz idéia que se perdeu e que boas pós-graduações nessa temática poderiam compensar o despreparo dos titulares municipais de turismo.

Claro que um massagista, como há nos melhores hotéis do mundo, é parte dos serviços prestados, mas sua profissão é dispensável na definição de políticas urbanas, embora sejam cada vez mais requeridos no momento em que o mundo descobre o corpo e muitos ideais de saúde. O arquiteto seria o mais habilitado e credenciado para qualificação de edificações; o turismólogo, preocupado com a excelência territorial em sua totalidade, se juntaria a outros parceiros – mas para isso é

preciso que domine a matéria – daí o imperativo de se difundir pós graduações reforçadas no âmbito de *espaço e sociedade*.

O QUE É UM CONSELHO DE PLANEJAMENTO E O TURISMOLOGO

A definição de um Conselho de Planejamento, preferencialmente de âmbito regional, seria muito mais salutar para a totalidade de uma região geográfica do que ficar limitado somente ao turismo. Dada a dualidade social brasileira, que também é espacial, conviria que no interesse nacional os investimentos contemplassem não apenas as necessidades turísticas imediatas, como privilegiassem quaisquer construções com virtudes qualitativas, dignas de serem usufruídas num meio igualmente cuidadoso. *Mais caro? Absolutamente não!* Um bombástico artigo de capa da *Revista Veja*, assinado por Otávio Cabral e Laura Diniz, *revela que a cada ano, os corruptos roubam 85 bilhões de reais (2,3% de toda riqueza produzida no Brasil)*. 85 bilhões a cada ano! Uma soma que por certo não contabiliza os subterrâneos de milhares de município secundários, nem inclui o que se perde com a incompetência que nos assola.

Toda obra possui uma forma e absorve recursos, mas raramente traduzem virtudes, apesar de os custos poderem ser os mesmos. Ora, por qual razão hoje admiramos Grupos Escolares, Hospitais ou Pracinhas construídos num tempo de muito menos recursos? *Não se percebe que as formas carecem de mais arte e inteligência?*

De um conselho de planejamento participam, em princípio, os titulares de cada setor. O turismólogo teria de ser um deles, na condição de ter formação suficiente para opinar no discurso geral da cidade com diretriz qualitativa. *Todas as cidades do mundo são precedidas por discursos, bons ou ruins*. De resto, sempre que um conselho

tiver seus membros renovados impõe-se que os novos sejam dotados do mesmo perfil técnico. Em se tratando de um grande projeto turístico, *seria preciso que os financiamentos públicos fossem condicionados à existência de um Conselho de planejamento e de um projeto executivo dotado de excelências*, único meio de escapar da mediocridade que vem dominando o país de norte a sul.

Um conselho voltado à totalidade da vida municipal constituiria um dos princípios áureos de sucesso porque mesmo em situações de penúria é preciso tirar partido de modo inteligente e sensível do potencial disponível. Reflitam no exemplo que segue. O custo do material empregado num moderno *Boeing* corresponde à soma de seus quilos em aço, plástico, panos e poucos outros elementos. No total os ingredientes materiais do avião valeriam não mais do que dois ou três milhões de dólares e seu preço de revenda às companhias aéreas, centenas de milhões. O quanto genialidade e forma acrescem ao valor inicial?

FAZER-SE RECONHECER

Hotéis ou centros de convenção já sabem da existência de turismólogos. Quem os ignora solenemente é o poder político. Quantos desses, em municípios, estados ou a União tiveram alguém com diploma de graduação e titulação em turismo?

Uma das melhores estratégias de o turismólogo demonstrar sua consciência ao país consiste da promoção encontros nacionais multidisciplinares que primem por apresentar propostas maduras: melhoria do território; estratégias de política urbana e, não menos, estímulo à criação de patrimônios para o futuro – já que pouco restou a ser preservado. E nesse contexto propor políticas nacionais, estaduais, regionais e municipais de turismo à dianteira de quem até hoje não soube tomar as rédeas de fato. Essas questões e outras mais, de interesse social e econômico, carecem de

um rigor que dignifique sua atual posição política no mundo emergente.

A cidade globalizada, com evidentes poderes de decisão, não depende tanto do PIB como da rede de prestígios de que faz parte. Em 2010 a Sorbonne organizou um colóquio com evidentes sinais de Paris perder lugar turístico para a China!

Muitos criarão obstáculos ao turismólogo como co-adjuvante da organização do espaço; com ele ou sem ele o turismo pleno não abdica de ambientes de qualidade, que diminuam cada vez mais a distância social que também é espacial. São idéias que venho defendendo em todos meus livros, no último em particular (YÁZIGI, 2009).

As cartas estão dadas.

REFERÊNCIAS

AMENDOLA, G. **La ciudad postmoderna.** Madrid: Celeste Ediciones, 2000.

CABRAL, O. e DINIZ, L. "A vingança contra os corruptos". **Revista Veja**, n° 2.240, de 26/10/11, p. 76.

CARTA DE VENEZA.
www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf

CLAVAL, P. **Ennobler et embellir.** De l'Architecture à l'urbanisme. Paris: Les Carnets de l'Info, 2011.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Editora Atlas, 1995.

MORIN, E. **La Méthode: Connaissance de la connaissance.** Paris: Editions du Seuil, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

YÁZIGI, E. **Saudades do futuro.** Por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: CNPq, 2009.